



## Entrevista

**“O que deve ter na educação escolar quilombola? Aquilo que a comunidade entende que é importante para si. A Comunidade é quem vai decidir, pois é o sujeito da educação quilombola”**

**Dra Rute Ramos da Silva Costa**

### Resumo

Nesta entrevista, a docente e pesquisadora Rute Ramos membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena Clarissa Gomes da Silva, em Macaé, é entrevistada por Iris Wettreich Goldbach aluna de Ciências Biológicas do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e por Beatriz Pires de Souza formada pelo mesmo Instituto. Ela aborda: os vários aspectos da educação quilombola; a história da África no contexto escolar; a influência da ancestralidade na vida no quilombo; o papel da mulher no quilombo; as demarcações e posses de terra; a linguagem e a cultura nos ensinamentos e resistência; e a universidade e as comunidades quilombolas.

### Entrevistadoras:

**Iris Wettreich Goldbach**

**Beatriz Pires de Souza**

## A Educação Quilombola

**Ciência em Tela:** Como funciona o processo de educação em quilombos? São separados por faixa etária, os/as professores são residentes de quilombos, as escolas são dentro do quilombo?

**Rute:** O Brasil possui mais de 6.000 Comunidades Quilombolas e, até o ano de 2022, 3.474 comunidades foram reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Essas comunidades ocupam todos os estados nacionais, com exceção do Acre. É um cenário extremamente diverso do ponto de vista histórico, cultural, social e geográfico. Seria leviano da minha parte apontar ou nomear as experiências de educação em quilombos

desse país continental. Posso dizer que são experiências diversas como são os quilombos, enquanto sujeitos coletivos. Grada Kilomba, no livro *Memórias da Plantação*, explica que a construção fantasmagórica, exótica ou generalizante sobre a pessoa negra e as dimensões do seu viver é parte do projeto colonial branco. Há de se considerar que, por força da colonialidade, esse modo de pensar segue permanente e é constantemente atualizado. Então temos que cuidar para não reproduzirmos essa lógica de pensar.

Bom, existem processos educativos que ocorrem no interior das comunidades: a educação quilombola. São aprendizados sobre as atividades cotidianas como cozinhar, plantar, rezar, contar histórias, sobre as expressões culturais coletivas como jongsos, caxambus, tambores, folias...

Há também experiências de educação escolar quilombola nos territórios quilombolas e fora deles, ou seja, escolas que atendem a estudantes oriundos desses territórios. A educação escolar é regida pelas Leis e Diretrizes Nacionais da Educação Brasileira e há uma diretriz específica sobre educação escolar quilombola, a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Existe um parecer sobre tais diretrizes, Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 - cuja relatora foi Nilma Lino Gomes. Vale a pena ler.

É importante enunciar que, com o golpe de 2016, tanto a Secretaria Extraordinária de Promoção e Proteção da Igualdade Racial (Seppir), quanto o Programa Brasil Quilombola (PBQ) foram extintos ou desarticulados como políticas de Estado. Isso fragilizou a agenda de proteção social para áreas quilombolas e impediu a geração de dados para a formulação e o monitoramento de políticas voltadas às comunidades.

**Ciência em Tela:** Como são as práticas e metodologias utilizadas nas escolas quilombolas?

**Rute:** A única escola quilombola que eu tive o prazer de acompanhar de perto durante o processo de doutoramento foi a Felizarda Maria Conceição de Azevedo. Esta encontra-se no território do Quilombo Machadinha e, desde 2017, vem repensando o seu perfil escolar. A equipe gestora elaborou o PPP com o apoio de uma educadora quilombola e a cada ano gestores/docentes pensam projetos educativos que envolvam os saberes da comunidade como, por exemplo a contação de história, a culinária e o ensino do jongo. Mas a implementação das DCNEEQ é um processo longo e árduo.

Nesse semestre (2023.2) a escola recebeu uma diretora quilombola, fruto de ação da Associação de remanescentes de quilombo Machadinha e com o apoio político municipal.

**Ciência em Tela:** Como elas se relacionam com as Diretrizes Curriculares nacionais para a educação quilombola (DCNEEQ)?

**Rute:** A resolução e o parecer poderiam ser mais apreciados, degustados e aplicados. No entanto, falar de currículo é falar de instrumento de poder. Decidir que conhecimentos são ou não válidos, elegidos, valorizados é um exercício de poder. Imaginem a revolução que seria se as comunidades quilombolas desse Brasil tivessem escolas comprometidas em ensinar aos estudantes a leitura crítica do mundo?

As DCNEEQ não estão desconectadas de outras dimensões (política, econômica, social). Estamos falando de comunidades que ocupam territórios em disputa. Essa disputa tem deixado um rastro de sangue nessas comunidades. Que educação imagina ser conveniente para a manutenção do poder fundiário na mão da elite branca brasileira? Os números conseguem nos responder sobre a dimensão da luta: menos de 5% dos quilombos tem a titulação coletiva das terras e muitas vivem sob ameaças, violências e violações de direitos.

Mas as comunidades não são grupos dóceis, subservientes, são sujeitos aguerridos e resistentes, agentes na luta, intelectuais fantásticos. Todo e qualquer avanço no cenário da EEQ se deve ao esforço dos movimentos quilombolas. Experiências como a de Conceição das Crioulas (em Pernambuco) são exemplos de força e conquistas.

**Ciência em Tela:** Você fala de uma proposta curricular que contemple uma Educação Escolar efetivamente Quilombola. Como deve ser essa proposta?

**Rute:** O que deve ter na educação escolar quilombola? Aquilo que a comunidade entende que é importante para si. A Comunidade é quem vai decidir, pois é o sujeito da educação quilombola. Aquele para quem a educação quilombola é direito. É o sujeito no sentido protagonista dessa ação, então cada comunidade vai eleger, em parceria com a escola, temas, conteúdos, o que é importante para eles constar no currículo. As Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola e o parecer que foi elaborado pela professora Nilma Lino Gomes são referenciais. Essa diretriz, ela foi elaborada junto às comunidades quilombolas. A Comunidade Campinho da Independência no Paraty foi uma das comunidades que participou desse processo de formulação.

**Ciência em Tela:** De que forma se dá a articulação entre os saberes popular e científico?

**Rute:** Quem nomeia o que é popular ou científico? Essa é uma questão a se pensar.

Há um desafio gigante. Não se pode analisar as experiências da diáspora africana com as referências coloniais europeias. Conhecimento de matriz africana se constrói a partir de outras ideias sobre o que é pessoa, família, vida, morte, produção, ancestralidade, religiosidade, universo, palavra, tempo, gênero...

Quando Amadou Hampatê Bâ explica como se dá o processo educativo em contextos africanos, fica evidente que essas separações dicotômicas não fazem qualquer sentido. Nem

mesmo as ideias de disciplinas. Se ensina-aprende enquanto se caminha pela floresta, observando a vida na natureza, interagindo respeitosamente com ela, aprendendo com a dinâmica orgânica da vida e da morte. O pensamento é circular, interconectado, não linear. O intelectual quilombola Nego Bispo dos Santos ensina sobre os modos quilombolas de viver, pensar e relacionar.

A pesquisa acontece nos contextos comunitários: a percepção dos problemas, a formulação de perguntas, a elaboração de hipóteses, seleção e aplicação de métodos, a coleta e análise dos resultados. Há muito de produção científica e tecnológica nos quilombos.

## A História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas

**Ciência em Tela:** Quais são as dificuldades de implementar a cultura, as práticas e o contexto do povo quilombola nas escolas que concentram alguns alunos dos quilombos, mas que se encontram fora do território?

**Rute:** Os desafios vivenciados pelas comunidades quilombolas são, centralmente: políticos, econômicos, disputas territoriais, resquícios coloniais da elite branca.

As DCNEEQ não tratam de certa inserção “folclórica” em um dia de celebração escolar. Não trata de se apropriar da cultura (sem os sujeitos que as produzem, as lutas que enfrentam, as potencialidades que desenvolvem) e pinçar expressões que sejam agradáveis/palatáveis. Então, implementar a cultura quilombola na escola e realizar mudanças estruturais, deslocamentos de conteúdos, reformulação de poder e conhecimento no contexto de um aparelho social: a escola.

**Ciência em Tela:** Para você, como a história da África e da cultura afro-brasileira deveriam ser ensinadas nas escolas em que há pouco contato com as CQ? Visto sua importância como resistência e questão identitária.

**Rute:** O Brasil e o mundo devem reverência à África. É o berço da humanidade, das tecnologias e das ciências. Observem as riquezas dos hieróglifos, as mais antigas produções gráficas como os adinkras, as tecnologias que produziram os papiros de Ahmes, as técnicas de mumificação, os conhecimentos avançados e especializados em fisiologia e medicina. As produções campo da matemática, aritmética, geometria e arquitetura.

A professora Barbara Carine (UFBA) tem vasta produção sobre as ciências africanas. É só buscar as obras dessa intelectual gigante e verão um mundo de possibilidades. Recentemente o mestrando Julio Omar (NUTES) defendeu uma dissertação cujo objeto de estudo era os jogos da família mancala para o ensino da matemática. A professora Fernanda Antunes (NUTES) estuda as literaturas africanas de língua portuguesa. A doutoranda Brenda Iolanda (NUTES) a literatura de mulheres negras para o ensino de ciências em

escolas de formação de professores. Eu estudo as culinárias africanas e afro-brasileira no contexto da educação alimentar e nutricional na EJA. Eu poderia citar dezenas de pesquisadores sobre temas africanos no espaço escolar. Cada trabalho diverso em abordagem pedagógica, porque somos plurais, mas igualmente importantes e transformadores.

É frágil, desonesto e limitado apelar para apenas uma referência, a eurocentrada.

A população africana e os seus descendentes não foram 'contribuintes' e nem vítimas da formação histórico-social brasileira, mas participantes dessa formação, disse a intelectual quilombola Maria Beatriz Nascimento. Então não podemos ser invisibilizados na educação.

A perspectiva africana pode ocupar todos os espaços da escola: currículo, atividades físicas, alimentação... todos.

**Ciência em Tela:** Em 2003 tivemos a inclusão do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira no currículo escolar (lei 10.639). Isso de fato aconteceu? (Se não, por quê?) Como a temática étnico-racial é abordada na escola? (Como deveria ser?)

**Rute:** Sobre a lei 10.639. Não há outra explicação senão o racismo, porque a escola é um aparelho do estado, um aparelho social, uma instituição, que reproduz a dinâmica da sociedade. Se a gente está numa sociedade estruturalmente racista, as instituições reproduzem essas dinâmicas nos seus interiores e a escola não está isenta disso. A escola também reproduz o racismo.

O desafio da implementação da lei 10.639 é porque o espaço escolar não é o espaço que favorece o ensino da história e da cultura afro-brasileira. Quando a gente está falando de currículo a gente está falando de um instrumento de poder - poder decidir que conhecimentos são válidos, o que é conhecimento credível ou não - e quem ocupa os espaços de poder e decisão na educação brasileira: a branquitude. É a branquitude, enquanto instituição, que decide as fronteiras, inclusive para o ensino e a produção de conhecimento ou o aprendizado da população negra e indígena. O movimento negro organizado, a exemplo da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN), que organiza o Congresso de Pesquisadores Negros e Negras Brasileiros, nos dá a dimensão dos desafios práticos de fazer a reparação da educação brasileira. Há um Grupo de Trabalho dedicado ao tema da implementação da Lei 10639, nos dando dimensão dos desafios, mas também das estratégias e experiências exitosas pelo Brasil. A população negra nunca esteve passiva às violências coloniais. Estamos constantemente nos organizando e lutando em diferentes espaços para garantir o nosso direito de existir. Não iremos parar até que o Brasil seja um quilombo, um lugar de paz.

## A influência da ancestralidade na vida do povo quilombola

**Ciência em Tela:** Como a ancestralidade influencia na vida social e educacional do povo quilombola?

**Rute:** Sobre ancestralidade... A referência que eu uso é um livro do Eduardo David Oliveira chamado "Cosmovisão Africana no Brasil". Nesse livro ele organiza, no primeiro capítulo, os elementos que fundamentam esse modo de perceber o mundo, de viver, de interagir com as pessoas. Ele organiza doze elementos: tempo, pessoa; produção; universo; família; ancestralidade; força vital, religiosidade, poder, morte, palavra e socialização. A ancestralidade dialoga bastante com a noção do tempo. O tempo nas sociedades ocidentais tem uma forma linear de organização, a gente pensa como se a linha histórica, cronológica, o tempo sempre estivesse direcionada ao futuro e as sociedades africanas se organizam a partir de um tempo que tem referência no passado. Não dizendo com isso que organizar a vida a partir dessa referência do passado estabeleça uma certa dinâmica estática. Não é isso que ele está falando. O passado é a inspiração para pensar presente e futuro. Isso se relaciona bastante com a adinkra Sankofa, que é o desenho de um pássaro com pescoço virado 360º (trezentos e sessenta graus) para trás, o bico aberto com uma semente. E adinkra significa que a gente precisa olhar pro passado e se alimentar dessas experiências do passado antes de seguir adiante, essa noção de tempo ela tem a ver com ancestralidade, porque é na ancestralidade que se encontra a referência para o viver. Nos quilombos, isso é perceptível de várias formas, pensar que a todo momento a memória coletiva-individual tem um lugar importante. E essa memória está associada as pessoas que foram importantes para comunidade. Então se fala das referências, dos mestres, das mestras, das lutas coletivas. Quando se abre por exemplo uma roda de jongo, o mestre conta uma história, canta uma espécie de louvação que reacende a memória das pessoas em relação aos grandes mestres e mestras. No Quilombo Machadinha vai falar da Dona Cheiro, do Seu Cici que eram os mestres do jongo... Então é muito importante essa questão da ancestralidade, porque tem a reverência, mas não é uma reverência, eu diria ritualística e religiosa, é uma reverência quase no sentido de manter aquela memória, a presença e os ensinamentos vivos na atualidade.

## A linguagem e a cultura nos ensinamentos e resistência

**Ciência em Tela:** Como se dá o aprendizado da história e da identidade quilombola por meio do jongo?

**Rute:** Sobre o aprendizado do jongo, tem um artigo que eu escrevi junto com o professor Alexandre Brasil. No título demos destaque a duas palavras importantes na compreensão desse processo educativo: a oralidade e a experiência. Esses são caminhos frequentes do de variadas ações cotidianas em uma comunidade tradicional. Aprender a cozinhar se dá observando as mais velhas, olhando de forma atenta, aguçando as

percepções do corpo, ouvindo as histórias. É também pela experiência, pelo fazer, sentir no corpo o aprendido.

Na Comunidade Quilombola Machadinha, eu acompanhei as aulas que eram ministradas pelo mestre, aos sábados, para as crianças. Era bem interessante como acontecia: ele colocava os tambores na roda e contava as histórias antigas, falava dos mestres e mestras antigos e dizia da importância daquela expressão cultural para a comunidade. As crianças, sentadas próximas aos tambores, ouviam com atenção. Ele cantava os pontos e ele tocava... E, em seguida, as crianças podiam experimentar: tocar os diversos tambores, o tambu, caxambu e o candongueiro. Podiam entoar os pontos que conheciam e também dançar. Algumas vezes as mestras e mestres mais velhas eram convidadas para esses encontros. O mestre tocava e as crianças dançavam junto com os mais velhos, reproduzindo nos seus corpos o modo de mover o corpo, tal qual os antigos/as. Eu diria que os principais pilares do aprendizado educativo nos territórios quilombolas é a oralidade e a experiência.

**Ciência em Tela:** Sabendo que o jongo é uma expressão cultural que envolve a musicalidade e a dança, que pode ser criado na hora ou ter um ritmo e letra definidos, você tem um verso preferido? Se sim qual?

**Rute:** O meu ponto favorito... Tem vários que eu adoro, vários pontos favoritos, mas tem uns que falam de comida (risos)... Eu gosto bastante desses. Tem o que diz:

“Eu não sou milho  
Que me soca no pilão todo dia  
Busk bum bum  
Todo dia Busk bum bum

Eu não sou daqui  
Sou de lá  
Quem não tem canoa  
Passa a val  
Chega no meio do Rio  
Toma pau”

Esse ponto fala de indignação com a experiência de ser moído pela dinâmica do capital, do racismo. “Eu não sou milho para ser socado no pilão todo dia”. Essa frase expressa um pouco das experiências de opressão cotidiana, ininterrupta, frequente, pois enfatiza “todo dia”. As violências frequentes que fazem a pessoa se sentir socada, amassada. Mas também enuncia a recusa de estar nesse lugar: “Eu não sou milho”, “eu não sou daqui”. E, ainda a percepção de pertencimento ancestral: “Eu sou de lá”, ou seja, eu sei da onde eu vim, reconheço as minhas raízes. Acho muito lindo.

**Ciência em Tela:** Em alguns trabalhos você destaca a importância da linguagem/palavra nos ensinamentos e aborda a linguagem metafórica nos pontos como forma de comunicação e resistência/questionamento dos negros. Você pode falar sobre isso?

**Rute:** Sobre a linguagem metafórica, o jongo é uma expressão de resistência das comunidades, em um momento em que não era permitido se comunicar de forma direta. Então a importância do jongo também está, não só nos cantos, mas nos toques dos tambores em que também tinham uma linguagem, que comunicavam algumas mensagens. Alguns mestres vão dizer isso. Mas os pontos são estratégias para fuga, por exemplo. Tem ponto do Jongo da Machadinha que diz:

“O galo e o pinto foram dormir no poleiro  
O galo cochilou  
E o pinto cantou primeiro”

O galo e o pinto, o escravizado e o capataz. O capataz cochila e o pinto foge, então, vai falar, vai usar a canção, a metáfora para comunicar, para construir estratégias, para elaborar a fuga desse massacre do corpo, esse sistema que tem sede de sangue humano.

## A realidade dos quilombos

**Ciência em Tela:** Nós temos no nosso imaginário uma visão antiga em relação aos quilombos devido à toda história de sua construção na época da escravidão então gostaria de saber: O que é o quilombo hoje em dia?

**Rute:** Eu diria que é bastante colonial nomear o outro, então acho que seria muita audácia definir o que é quilombo. Nomear o outro é produzir a outridade, é produzir uma visão fantasmagórica sobre o que eu imagino que o outro é, dialogando com a autora Grada Kilomba. Eu diria que quem diz o que é quilombo são os próprios quilombolas, e eles já fazem isso. Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, intelectual quilombola piauiense, vai dizer que os quilombos são sujeitos do ser, que se relacionam com o cosmos de maneira orgânica, que vivem a partir da percepção de que não há fim, mas começo-meio-começo, o princípio da circularidade, que se orientam pela oralidade, respeitam os saberes dos mais velhos. Sujeitos que interagem com a terra e com o território, porque se percebem como natureza. Beatriz Nascimento, também uma intelectual negra quilombola, vai anunciar que os quilombos são espaços de resistência, de produção de saberes, lugares de construção da paz, frente a uma sociedade extremamente violenta com a população negra. Já o decreto 4887/2003, que estabelece os processos para titulação das terras, vai dizer que quilombos são grupos de ancestralidade negra, que tiveram em sua existência marca da luta contra escravização, mas eu diria que é o melhor enunciado vem dos próprios quilombolas. A lei tenta se organizar, no sentido de garantir a execução dos direitos, mas eu

ficaria com essas definições que eu disse anteriormente: do Nêgo Bispo e da Maria Beatriz Nascimento.

**Ciência em Tela:** Em relação às questões sociais como saúde, moradia e renda, existe uma precariedade desses recursos nos quilombos, existem políticas públicas que buscam mudar esse cenário? Como a educação quilombola pode contribuir com essa mudança?

**Rute:** A pobreza - respondendo aqui a pergunta em relação às questões sociais, se existe uma precariedade desses recursos no quilombo - Acho que primeiro é reconhecer que as desigualdades, a renda, a educação, a saúde são historicamente construídas, não são naturais, não são fenômenos naturais, tão poucos são inerentes ao sujeito, resultado de alguma fragilidade moral, alguma incapacidade ou, incompetência. Existe uma produção política da pobreza e da fome. É política porque ao mesmo tempo que se produz a pobreza de determinados grupos sociais, se produz também o enriquecimento da branquitude nesse país. As políticas públicas de segurança alimentar e nutricional são resultado de muita luta dos Movimentos Sociais Negros e Quilombolas, a conquista das diretrizes curriculares para educação escolar quilombola é o fruto da luta dos Movimentos Negros e Quilombolas, a política nacional de saúde integral da população negra, o decreto 4887/2003, a lei 12711/2012, a lei 10639 ... Isso tudo é luta. Não foi uma doação, mas luta contra a violação dos direitos da população negra.

A não titularização das terras é uma das maiores violências, maiores iniquidades, porque sem a terra há uma insegurança constante; há uma exposição a violência física e assassinatos; há morte. Impossibilita que a comunidade possa planejar futuros.. É óbvio que ninguém está ali de forma passiva aguardando, as comunidades estão lutando muito.

Como a educação quilombola pode mudar esse cenário? As comunidades têm se organizado para trazer a dinâmica coletiva e os valores civilizatórios dos seus territórios para o espaço da escola, formando politicamente as crianças, adolescentes, jovens e adultos, trabalhando o fortalecimento da identidade, formando politicamente nas associações, nos coletivos, porque a educação quilombola não só está vinculado a escola em si, mas é o processo cotidiano, está nas dinâmicas cotidianas.

## A mulher no quilombo

**Ciência em Tela:** Qual o papel das mulheres dentro da Comunidade Remanescente do Quilombo?

Bom, as mulheres... É muito comum encontrar a liderança feminina nas comunidades quilombolas. Tem a ver com a cosmopercepção africana na diáspora, que é essencialmente matrilineares. A intelectual nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí defende que a categoria "mulher" é uma tecnologia colonial, elaborada para o controle e a exploração dos corpos. Segundo a

mesma autora, a existência feminina nas sociedades africanas estudadas por ela, são as “yas” - pessoas capazes de gerar vida, energia, cuidado físico e espiritual. Isso não faz com que, nessas comunidades, elas ocupem lugares menores, pelo contrário, por sua potência na vivência coletiva, são enaltecidas e ocupam lugar de referência. Vemos esse valor civilizatório nas comunidades quilombolas. As mulheres estão na liderança, no cuidado, nos espaços de reza, na benzeção, na culinária e na educação. Elas são valorizadas por sua atuação. Infelizmente o machismo e o sexismo, também atravessam as dinâmicas desses grupos sociais. Muitas vezes, mesmo tendo lideranças comunitárias femininas, são os homens que assumem os cargos de representação nos espaços públicos/políticos, como as associações, os conselhos, as mediações com universidades etc.

Gostaria de indicar a leitura do livro “Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas”, organizado por Selma dos Santos Dealdina, por trás um conjunto de textos riquíssimos, escritos por mulheres quilombolas.

## A comida e a descolonização de mentes

**Ciência em Tela:** Você fala sobre a comida como “comunicação, imaginação de utopias e caminho para a descolonização de mentes e palavras”. Você pode falar um pouco pra gente sobre isso?

**Rute:** Tem sido muito potente descobrir a comida afro-brasileira, quilombola e de terreiro, para além do aprendizado formal, que eu tive na formação em nutrição. A comida é mais do que nutrientes. Comida nos territórios negros alcança outros patamares, da comunicação, por exemplo. Eu tive uma experiência muito marcante. Fui convidada por uma das mulheres do quilombo para tomar um café, e eu aceitei esse convite, chegando lá ela me perguntou “você quer com farinha?” E eu simplesmente nunca havia imaginado, na vida, a possibilidade de se colocar farinha de mandioca no café.

Essa experiência me marcou muito, porque essa preparação café com farinha tem haver, em muitos locais, com a história e a experiência da fome. Essa comida muitas vezes enuncia que alguém não ter o que comer. Quando essa mulher quilombola me viu muda diante dessa pergunta tão simples, ela teve a percepção que eu nunca tinha vivido a experiência dessa fome tão cruel e grave a ponto de precisar engrossar a bebida com farinha. Então o meu desconhecimento sobre essa mistura comunicou algo a ela, que em seguida concluiu: “Você não sabe, né?”.

Então a comida é comunicação. Comunicação porque ela fala da complexidade da vida, da existência, dos desafios, das desigualdades... Ela conta para a gente a história do território.

Quando uma jovem quilombola se recusou a me levar à Restinga para conhecer uma árvore de Cambuí - e explicou para mim que ela não poderia me levar ali, porque não era época da colheita e se a gente caminhasse na restinga naquela oportunidade, era possível que a gente maltratasse as árvores, quebrando os galhos. Fica muitíssimo evidente que há mais

do que a percepção daquele alimento como um nutriente, mas há um respeito à existência, ao tempo, à sacralidade, ao tempo de colheita, ao tempo de descanso. Então nesses territórios a comida não está restrita a manutenção do corpo humano, ela comunica, ela permite lembrar, mas ela também ajuda a imaginar o futuro. A partir do momento que as pessoas têm seus sonhos de ter sua roça, de ter sua horta e se imaginam suficientes para produzir a comida, se imaginam contempladas com o acesso direto ao alimento a partir da plantação, a possibilidade de partilhar com os outros. Imaginar que a produção não é só para ela, individualmente, ou seu núcleo familiar, mas essa família estendida vai poder comer. Então comida fala da partilha, da segurança alimentar, de poder sonhar, de poder comer, de poder viver bem. Diria que a comida nesses territórios tem muita potência para ajudar a pensar essa forma de existir em coletividade.

## O poder do povo sobre a terra

**Ciência em Tela:** Há muitos anos existe uma grande discussão em torno da questão das demarcações e posses de terras, principalmente, de comunidades menores como os povos indígenas. Como essas novas políticas e tentativas de retirar o poder dos povos sobre a terra influencia na vida das comunidades remanescentes de quilombos?

**Rute:** Bom, acho que primeiro tem uma problemática na pergunta, que é chamar essas comunidades de menores. O último censo mostrou 1.300.000 pessoas que se autodeclararam quilombolas, e esse é o primeiro momento de aparecimento dessa categoria censitária. É problemático chamar de menores, de minorias, pois tem sentidos muito fortes nesses termos.

Sobre a demarcação das terras, não são políticas novas. A gente tem a Lei de Terras 1850, promulgada quatorze dias após a Lei Eusébio de Queiroz, que estabeleceu o fim do tráfico negreiro. A Lei de terras mudou as regras do jogo, dificultando ainda mais o acesso das comunidades à posse das terras. Os colonizadores europeus chegaram no território brasileiro, saqueando todos os espaços, estabelecendo cartórios e fazendo registros, roubando a terra dos povos originários, e diante da possibilidade do fim do tráfico negreiro se organizaram política e juridicamente para dificultar o acesso às terras. Então a gente não está falando de um roubo atual, a gente está falando que historicamente essa injustiça na distribuição da terra afeta a todos aqueles que não partilham desse poder social, econômico e político da branquitude, dessa instituição que é a branquitude. Até 1988, ano da Constituição Federal, as comunidades quilombolas eram consideradas ilegais, eram organizações ilegais. Então é muito recente o reconhecimento ao direito de existir e o direito à terra. Nas ADCTs (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o artigo 68 que reconhece a existência das comunidades quilombolas e atrela essa existência ao direito à posse coletiva, a regularização fundiária de suas terras. Porque o modo de vida das comunidades quilombolas é o modo de existência do ser, ser território, ser comunidade e essa propriedade da terra não está vinculada a uma perspectiva ou valor mercantil, da terra como propriedade privada, para gerar lucro, mas onde se constrói essa existência, os

marcos de expressão das suas religiosidades, das suas histórias, das suas memórias coletivas. O lugar de ser, de fazer, de estar, de produzir... Não ter a posse da terra, não cumprir esse direito constitucional fragiliza as comunidades e a permanência nos seus territórios, acirra os conflitos nos espaços rurais, principalmente, com fazendeiros, grileiros, mineradores, madeireiros. São confrontos reais, que fragilizam a vida. Eles são constantemente ameaçados por pessoas armadas, não podem muitas vezes coletar os frutos que fazem parte de sua cultura alimentar, como o açaí e o bacuri. Têm o seu direito cerceado, quando os seus cemitérios são cercados por fazendas, e o acesso para enterrar seus mortos ou fazer seus rituais é impedido. Há comunidades cortadas por rodovias, como é o caso de Vila União, Campina no Pará, então são problemas históricos graves e que precisam ser resolvidos. A gente sabe, pelas informações que encontra no INCRA, que menos de 5% das terras quilombolas estão demarcadas. Se a gente continuar nesse processo tão moroso, é muito possível que a gente leve mais 300 anos para a regularização, isso é muito iníquo, é muito injusto.

## **A universidade e as comunidades quilombolas**

**Ciência em Tela:** A universidade pode atuar em conjunto com as comunidades quilombolas? De qual forma isso pode acontecer?

**Rute:** Sobre a universidade em parceria com as comunidades, nós temos situações bem desafiadoras... Porque a universidade segue a lógica da exploração. A exploração, a vampirização desse outro, que é feito objeto. E as comunidades, os territórios pelos quais eu tenho passado, conhecido, dialogado, interagido, tem reivindicado esse lugar de denunciar as violências da universidade, que chega nos territórios, que coleta informações, que produz coisas para si: títulos, dissertações, teses. Porém, não retornam às comunidades, não se tornam parceiros nas lutas das comunidades, fazem uso delas. Isso é próprio dessa perspectiva colonial de produzir conhecimento. Ainda é preciso fazermos uma caminhada muito longa, um giro decolonial e frear essa postura de uso das pessoas. É preciso romper, imediatamente, com essa postura de uso do outro! Uso instrumental das pautas, saberes e tecnologias das comunidades quilombolas. Estamos falando da existência de milhões de pessoas. É preciso repensar esse lugar da pesquisa, esse lugar da extensão, para gente não reproduzir novos modos de colonização. Há muitas críticas a respeito da apropriação dos modos de ser e fazer quilombolas, da nomeação acadêmica dos fazeres quilombolas, da especificação, e de não dizer de onde vem esse aprendizado. Enfim, são tantas violências. A academia vai ao território, coleta as informações, aprende, não partilha os recursos, não partilha as bolsas, não partilha as diárias de campo, se apropria dos conhecimentos e se rotula dono, proprietário desse conhecimento. O intelectual quilombola Nego Bispo vai dizer: "Aprendem conosco e depois retornam para nos ensinar a ser quilombola, ensinar o nosso povo a não agredir a natureza". São muitas violências.

É importante que a academia reveja os seus modos de produzir conhecimento, suas perspectivas sobre o outro. Em um país onde há seis mil comunidades quilombolas é tão

inaceitável que saibamos tão pouco sobre essas comunidades, é tão inaceitável que o aprendizado produzido nesses contextos não sejam referências à nossa formação. Que as mestras e mestres não sejam professores remunerados para formar profissionais críticos e antirracistas. O espaço da educação tão distante dos povos que têm produzido conhecimentos disruptivos e tão importante para manutenção da vida de forma ampliada, não só a vida humana, mas a existência de seres, da espiritualidade, dos encantados.

## **Sobre as autoras**

### **Rute Ramos**

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro Multidisciplinar de Macaé. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde, Instituto NUTES/UFRJ. Doutora em Educação em Ciências e Saúde, pelo Instituto NUTES (UFRJ). Mestre em Alimentação, Nutrição e Saúde, título conferido pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nutricionista egressa da mesma instituição que lhe conferiu o título de mestre. Líder do Grupo de Pesquisa CulinAfro, cadastrado no Diretório do CNPq. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Desigualdades na Educação e na Saúde - GEDES. Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena Clarissa Gomes da Silva, Macaé. Conselheira de Extensão Universitária da UFRJ. Membro da Comissão de Heteroidentificação da UFRJ. Coordenadora do Programa de Extensão AJEUM e do projeto de Extensão CulinAfro.

E-mail: ruteatsoc@gmail.com

### **Iris Wettreich Goldbach**

Iris Wettreich Goldbach é aluna de Ciências Biológicas, onde cursa o bacharel de Ecologia. Se interessa muito pela divulgação científica, pelo manejo e monitoramento de animais silvestres, além de temas como educação ambiental e conservação. Participa como bolsista de extensão na Revista Ciência em Tela e faz iniciação científica no Laboratório de Ecologia e Conservação de Populações (LECP). Com o laboratório participa do Refauna e, além disso, é voluntária no Núcleo de Fauna no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

E-mail: iris.wgoldbach@gmail.com

### **Beatriz Pires de Souza**

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente é bolsista CNPq no INCT - Herbário Virtual da Flora e dos Fungos e é estagiária voluntária no Laboratório de Pteridologia, UFRJ.

E-mail: beatrizpiress99@gmail.com